

MANANCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

**Comitê da Bacia Hidrográfica do
Ribeira de Iguape e Litoral Sul**

15 de junho de 2016

MANANCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

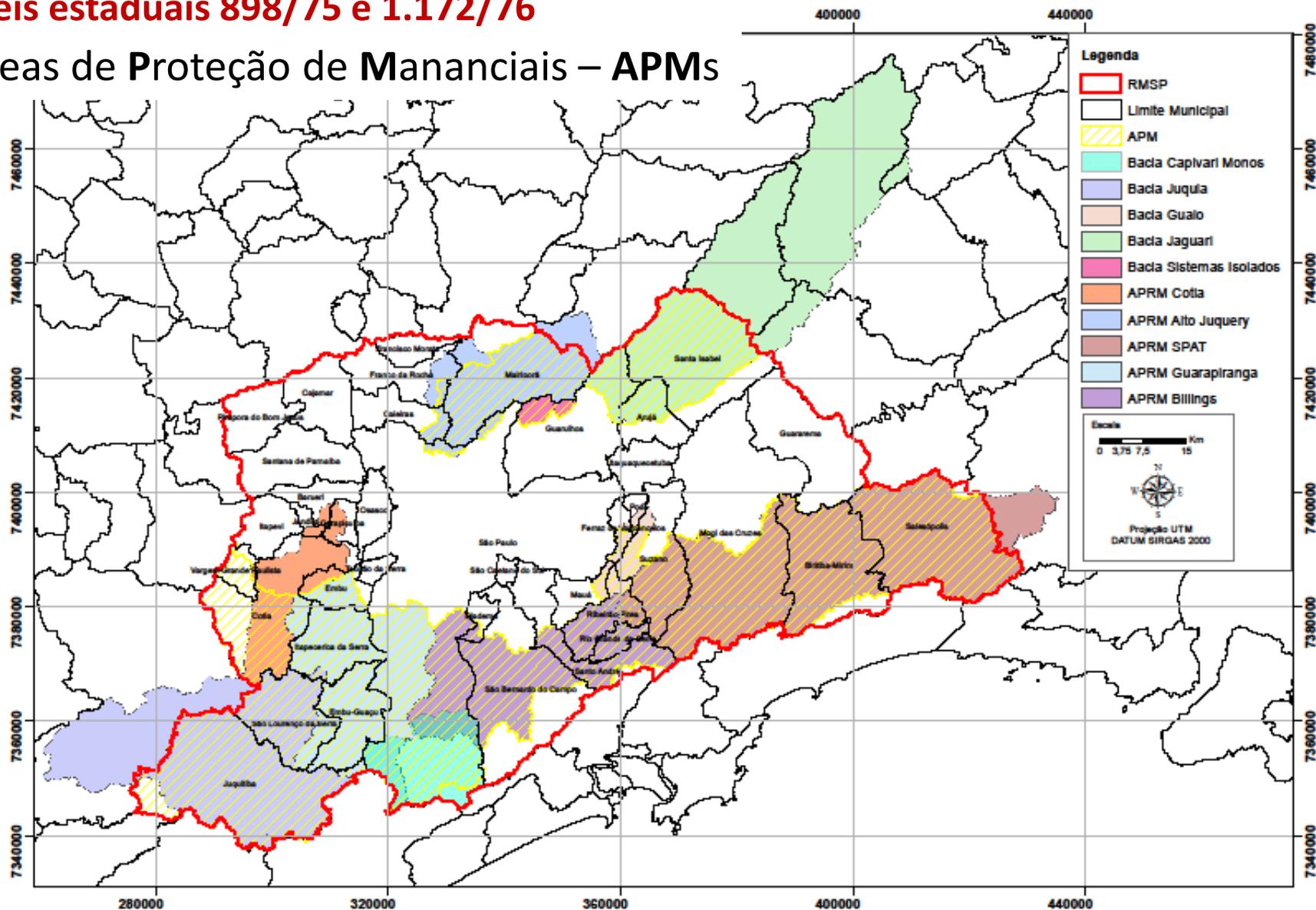
SISTEMAS PRODUTORES DE ÁGUA DA SABESP



1. Cantareira
2. Alto Tietê
3. Rio Claro
4. Rio Grande
5. Guarapiranga
6. Alto Cotia
7. Baixo Cotia
8. Ribeirão da Estiva

Leis estaduais 898/75 e 1.172/76

Áreas de Proteção de Mananciais – APMs



MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

LEIS 898/75 E 1.172/76

Lei Estadual de Proteção
aos Mananciais de 1976



4.356 km² de Áreas de Proteção aos
Mananciais = 54% da Área da RMSP

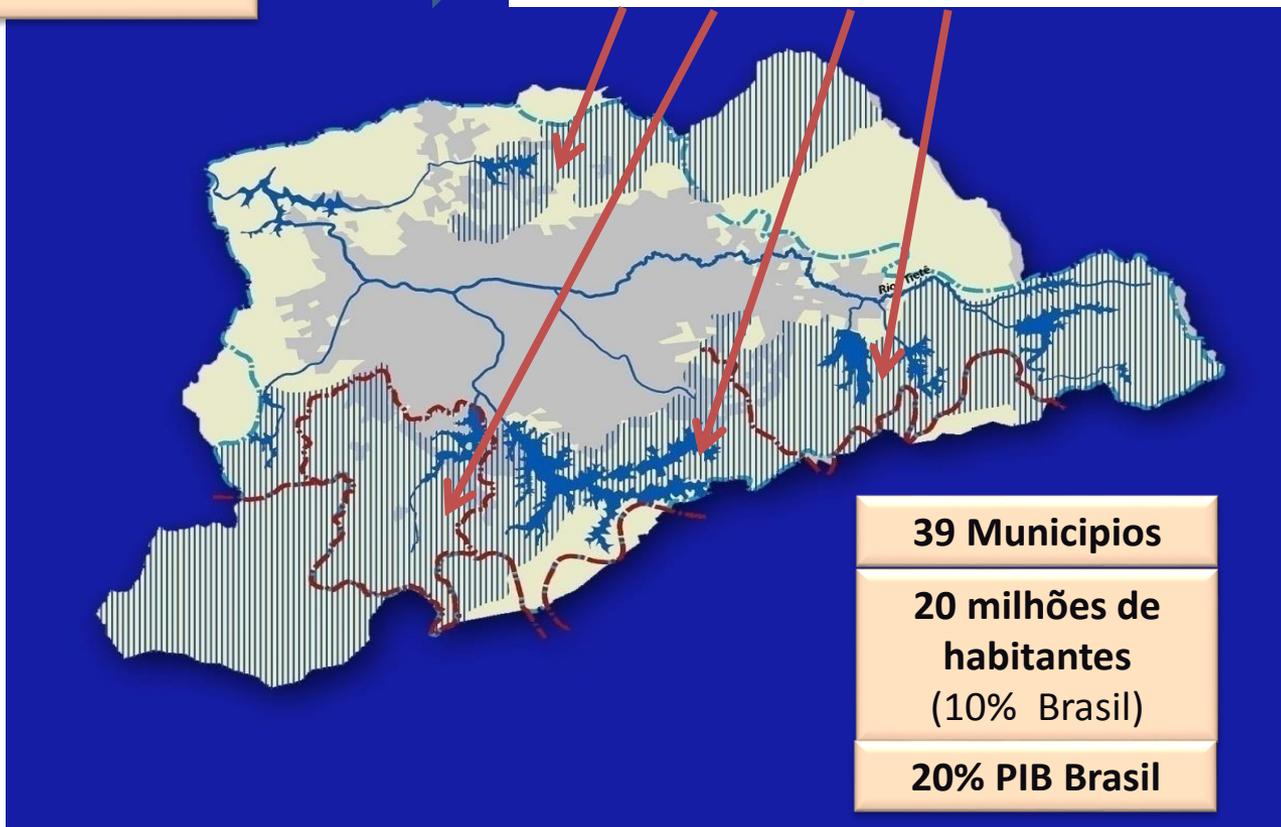
Sem participação
dos Municípios

Restrição à
ocupação

Restrição às
indústrias

Ausência de
ações de
recuperação

Manutenção dos
conflitos de uso
do solo



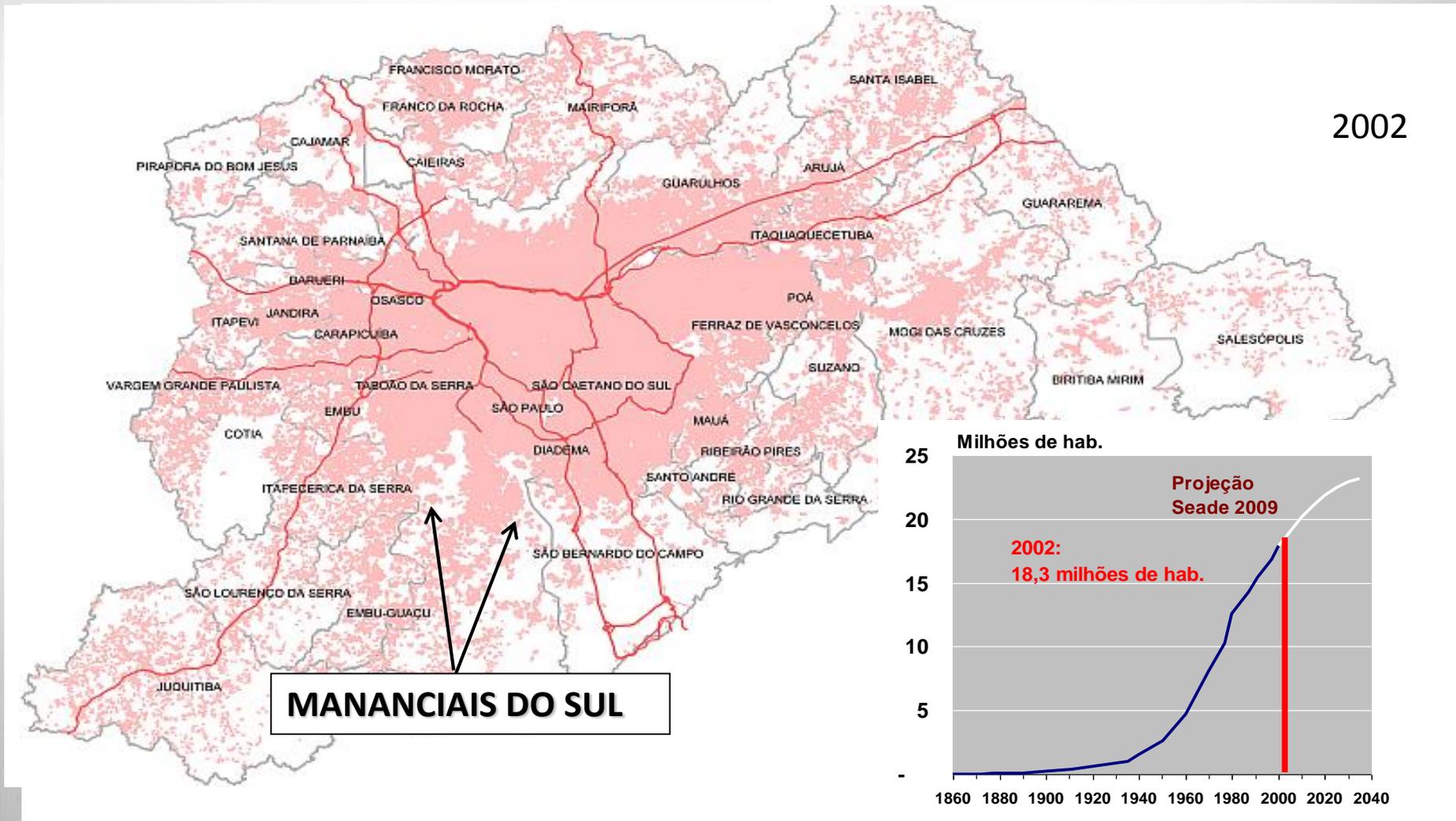
39 Municípios

20 milhões de
habitantes
(10% Brasil)

20% PIB Brasil

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

CRESCIMENTO DA ÁREA URBANA NA 2ª METADE DO SÉCULO XX



LEIS DE PROTEÇÃO DOS MANANCIASIAIS

**Leis de
Mananciais
898/76 e
1172/76 +
alterações**

- Dinâmica de crescimento metropolitano excludente
- Preservação da função hídrica mediante controle de uso e ocupação do solo
- Instrumento sem articulação com um modelo de gestão
- Saneamento: exportação do esgoto para fora da bacia hidrográfica
- Proteção ambiental atribuída ao proprietário
- Desvalorização imobiliária (abandono ou loteamento irregular)
- Ausência de articulação e cooperação entre Estado e Municípios.

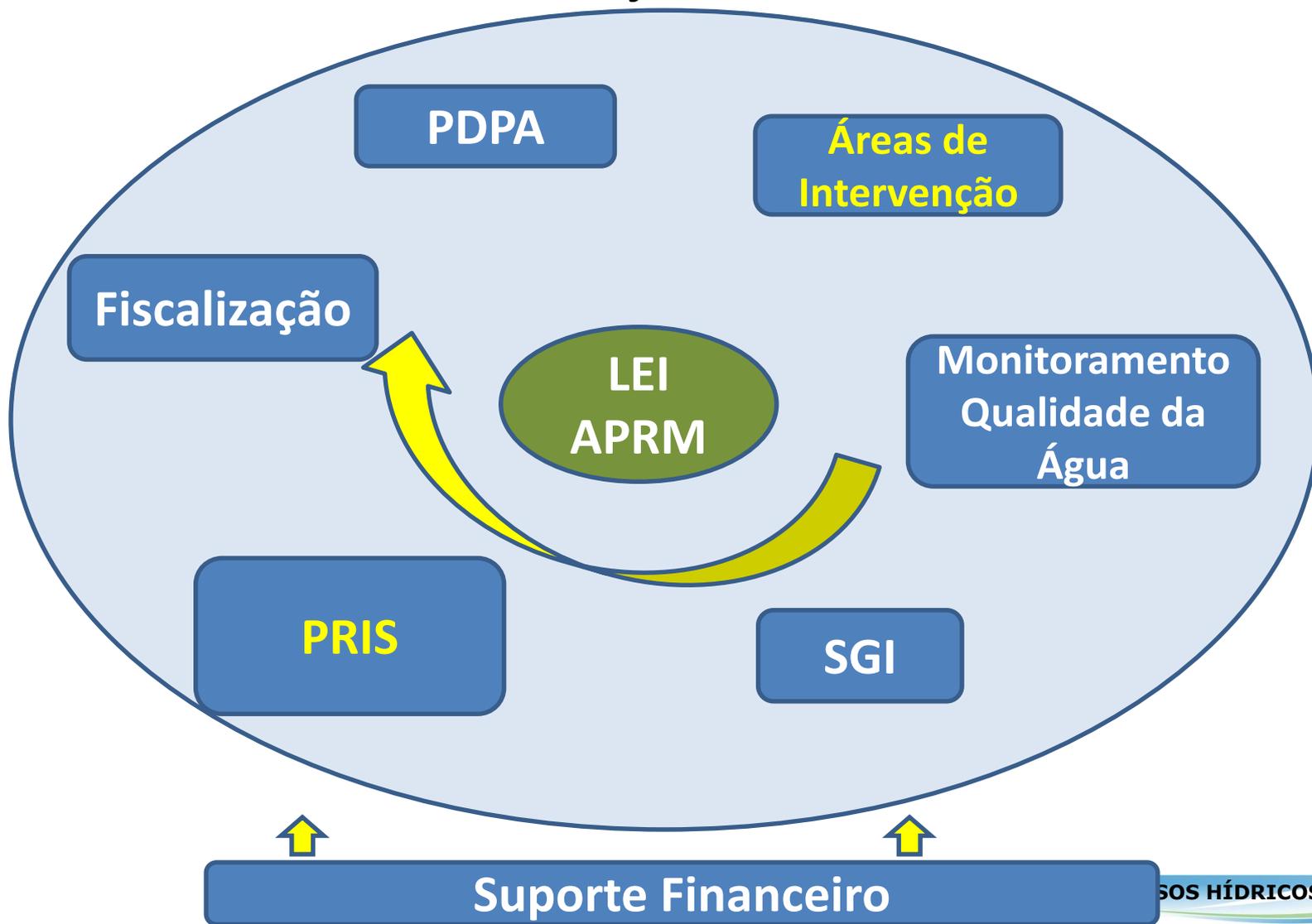
LEIS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS

Lei nº 9.866/97

**“Nova Política
de Mananciais”**

- Preserva e **recupera** os mananciais
- Estabelece Sistema de Gestão participativo via Comitês de Bacias
- Reconhece a ocupação precária e irregular
- Cria Áreas de Intervenção
- Estabelece Metas de qualidade da água
- Integra programas habitacionais e a preservação do meio ambiente
- Cria a regularização via compensação
- Determina Leis Específicas por Bacias
- Não revoga as leis anteriores

Leis específicas de APRM Instrumentos de Gestão e Planejamento



LEIS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS

Leis Específicas das Bacias:

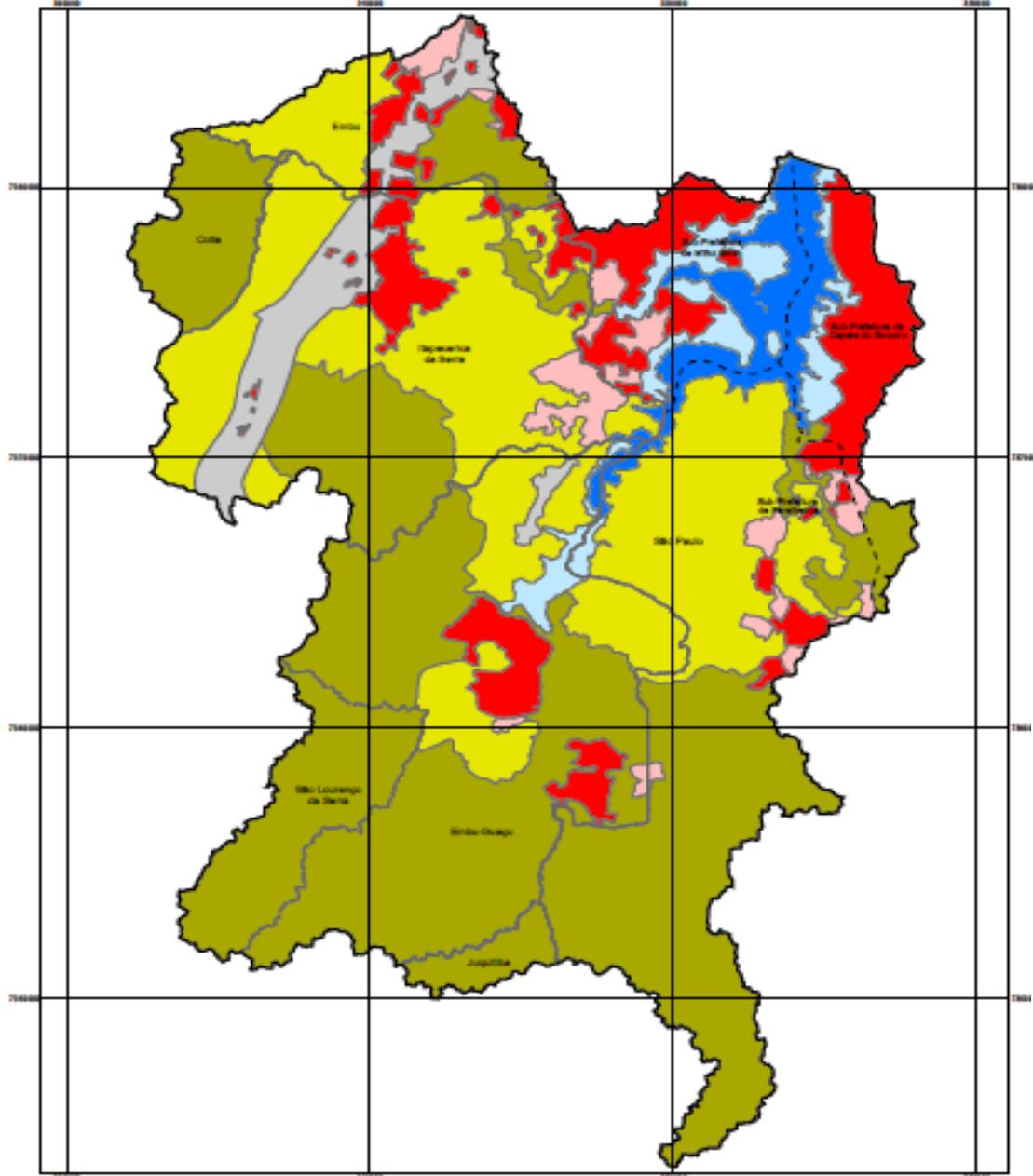
- **Guarapiranga**
 - **Billings**
 - **Alto Juquery**
 - **Alto Tietê**
- Cabeceiras**

- Sistema de Planejamento e Gestão
- Áreas de Intervenção (detalhamento)
- Modelo de Correlação entre o Uso do Solo e a Qualidade da Água
- Regularização de Interesse Social por meio do instrumento do Programa de Recuperação de Interesse Social (PRIS)
- Referência a instrumentos de proteção
- Mecanismos para compensação destinada à regularização

**Lei Específica da
APRM Guarapiranga
nº 12.233/06 e
Decreto nº 51.686/07**

**Lei Estadual nº 12.233/06
Sub-áreas de ocupação dirigida**

-  SBD - Sub-área de baixa densidade
-  SEC - Sub-área especial corredor
-  SER - Sub-área envoltória da represa
-  SOD - Sub-área de ocupação diferenciada
-  SUC - Sub-área de urbanização consolidada
-  SUCt - Sub-área de urbanização controlada



Legenda

-  Linha da Bacia do Rio Guarapiranga
-  Linha Municipal
-  Linha Sub-Preletoria de São Paulo
-  Reservatório Guarapiranga

Lei Estadual nº 12.233/06

Sub-áreas de ocupação dirigida

-  SBD - Sub-área de baixa densidade
-  SEC - Sub-área especial corredor
-  SER - Sub-área envoltória de represa
-  SOD - Sub-área de ocupação diferenciada
-  SUC - Sub-área de urbanização consolidada
-  SUCt - Sub-área de urbanização controlada



**Delimitação das Áreas de Ocupação Dirigida
Lei 12.233/06**

Formatização do Plano de Desenvolvimento e
Proteção Ambiental da Bacia do Guarapiranga

Coordenador

CHLEA/2008

2-01

04/2008

AS NOVAS LEIS ESPECÍFICAS DE MANANCIAIS

Leis específicas de APRM – Situação atual

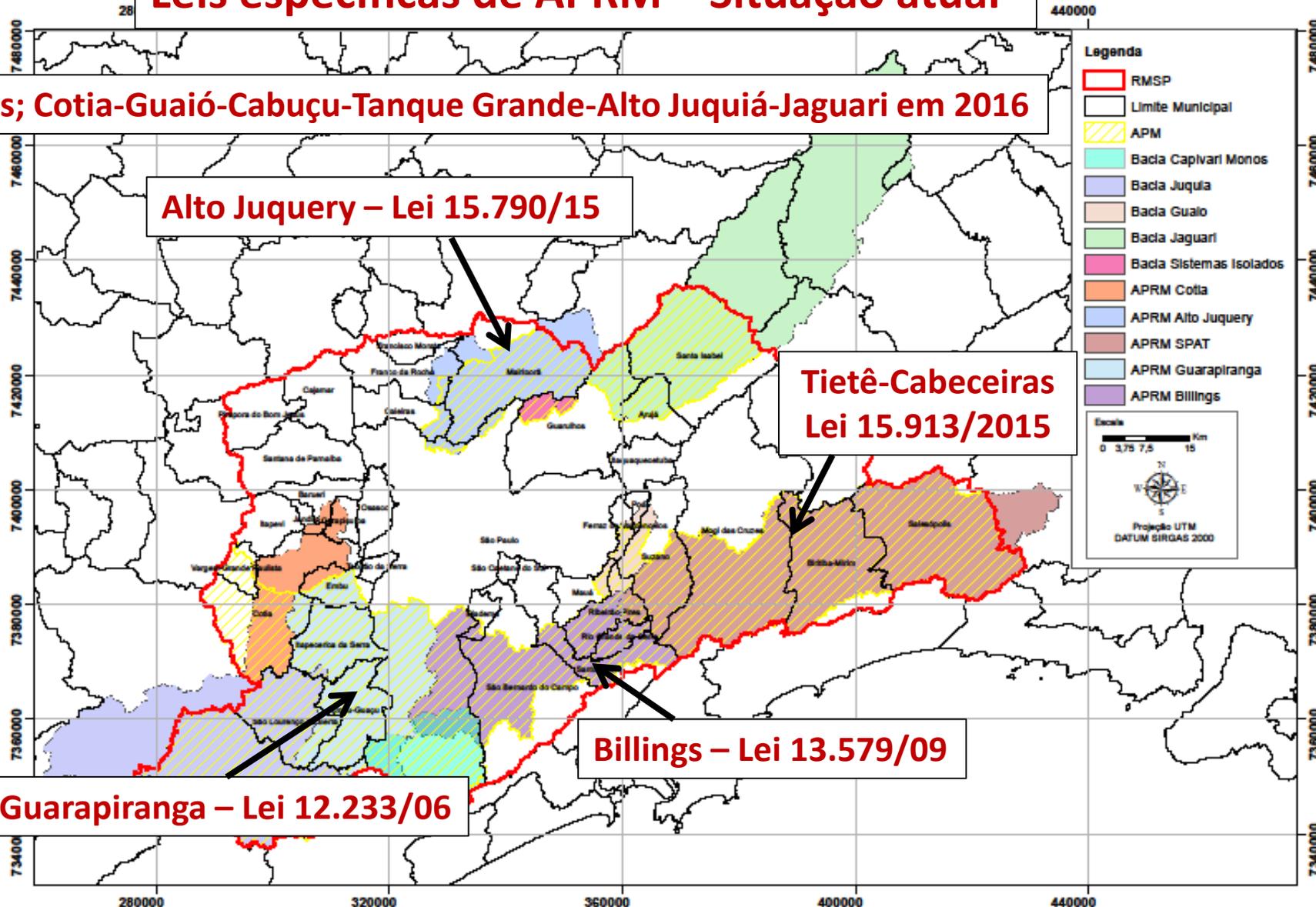
Leis; Cotia-Guaió-Cabuçu-Tanque Grande-Alto Juquiá-Jaguari em 2016

Alto Juquery – Lei 15.790/15

Tietê-Cabeceiras
Lei 15.913/2015

Billings – Lei 13.579/09

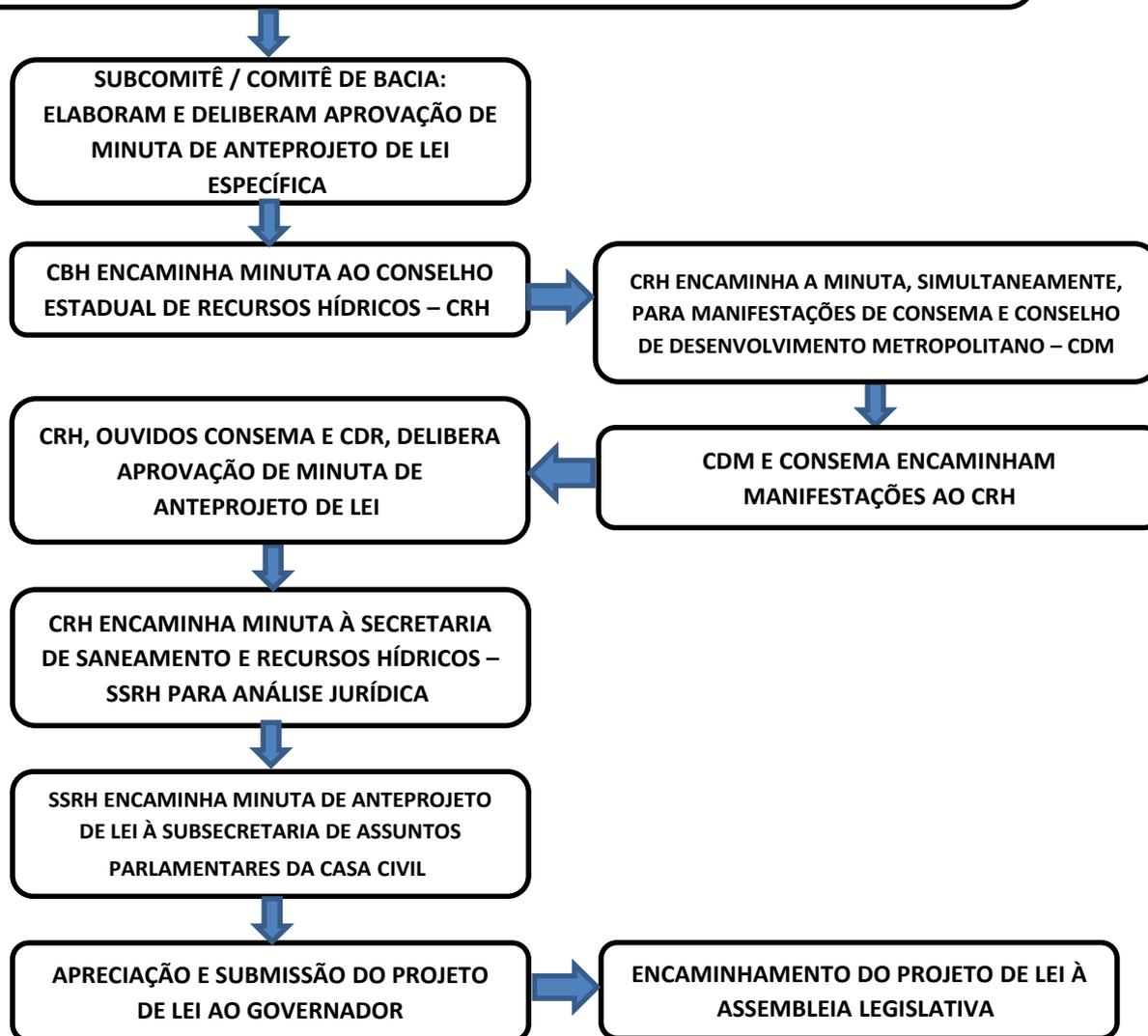
Guarapiranga – Lei 12.233/06



TRAMITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE LEIS ESPECÍFICAS DE MANANCIAS

Trâmite definido na Lei 9.866/97

Art. 4º - As APRMs serão definidas e delimitadas mediante proposta do Comitê de Bacia Hidrográfica e por deliberação do CRH, ouvidos o CONSEMA e o CDR, e criadas na forma do artigo 18 desta lei.



TRAMITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE LEIS ESPECÍFICAS DE MANANCIAS

EXEMPLO: PROJETO DE LEI “APRM ALTO TIETÊ CABECEIRAS”

APROVAÇÃO CBH-AT – 18/12/2013

APROVAÇÃO CONSEMA – 28/01/2014

APROVAÇÃO CDM – 25/11/2014

APROVAÇÃO CBH BAIXADA SANTISTA – 10/12/2014

SSRH – PARECER PGE – janeiro/2015

APROVAÇÃO CRH – abril/2015

MENSAGEM PARA ALESP – junho/2015

MANANCIAS DO ALTO JUQUIÁ

(Conforme o PDPA 2013 FABHAT/IPT)